

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**LEANDRA APARECIDA DE CARVALHO DE ROSIS**

**A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO PARA A INSERÇÃO DA CONCEPÇÃO DE  
POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO AMBIENTE ESCOLAR**

**CURITIBA**

**2016**

**LEANDRA APARECIDA DE CARVALHO DE ROSIS**

**A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO PARA A INSERÇÃO DA CONCEPÇÃO DE  
POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO AMBIENTE ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Ms(a). Amanda Garcia Santos

**CURITIBA**

**2016**

## **A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO PARA A INSERÇÃO DA CONCEPÇÃO DE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO AMBIENTE ESCOLAR**

**Leandra Aparecida de Carvalho De Rosis**

### **RESUMO**

A pobreza se repete, se alimenta dela mesma, ficando estagnada porque continua sendo pensada como coletivos tradicionais de uma mesma cultura de pobres que se reproduzem de geração a geração, que reforça essa visão circular, fechada, segregadora dos coletivos pobres, reproduzindo crenças, opiniões, magias, idolatrias, entendimentos intuitivos, com tendência a ignorar a pobreza, ao desconsiderar o sujeito pobre como objeto de conhecimento e de preocupação. O presente estudo tem como objetivo possibilitar reflexões sobre a importância do currículo na inserção da concepção de pobreza e desigualdade social no ambiente escolar. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica para embasar a o referencial teórico e uma pesquisa de campo junto a educadores do município de Cornélio Procopio, os dados obtidos foram tabulados para posterior análise e discussão. O aspecto referente aos distúrbios alimentares foi a resposta mais repetida pelos educadores quando questionados como identificavam a pobreza dos alunos na escola. As metades das respostas dos educadores afirmam que os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas contemplam a pobreza e desigualdade social. Apenas um terço das respostas se referiu à presença do currículo relacionado com a pobreza nos PPP. Para que os docentes utilizem o currículo como instrumento para o combate à Desigualdade Social e Pobreza no âmbito escolar é necessário que conheçam o Projeto Político Pedagógico (PPP) de sua escola, no qual deverá estar inserida a realidade de seus alunos e se mantenham atualizados. A descontinuidade das políticas públicas dentre elas a educacional, a falta de clareza dos PPP das escolas e a distância entre as intenções e realizações legislativas são uma constância na sociedade e ocasionam uma falta de compromisso com os reais objetivos da educação. Desta forma, o conhecimento das ações propostas em nossos currículos é imprescindível para nossas ações pedagógicas e esse conhecimento é fundamental para o nosso debate, que deverá ser constante, dentro do âmbito escolar sobre currículo, pobreza e desigualdade social.

**PALAVRAS-CHAVE:** currículo, limites, pobreza, possibilidades.

## 1 INTRODUÇÃO

A pobreza e o desequilíbrio social vêm se repetindo de geração a geração criando uma cultura de pobres e deixando pessoas à margem da evolução da sociedade, da ciência, das tecnologias e até de suas necessidades básicas de sobrevivência ficando num círculo fechado à evolução e ao desenvolvimento, estabelecendo a concepção viciada da pobreza e desigualdade social.

A Educação que poderia romper esse paradigma também não o faz, pois não tem uma visão emancipada da sociedade e seu currículo não corresponde à realidade de seus alunos, bem como a da cultura historicamente construída e acaba ajudando na perpetuação da pobreza.

A Hegemonização que aparece nos currículos reforça essa visão circular, fechada, segregadora dos coletivos pobres, reproduzindo crenças, opiniões, magias, idolatrias, entendimentos intuitivos, com tendência a ignorar a pobreza, ao desconsiderar o sujeito pobre como objeto de conhecimento e de preocupação.

A análise desses bloqueios do conhecimento moderno frente à pobreza é uma precondição para nos aproximar da possível relação entre currículo e pobreza, permitindo estar diante dos limites e possibilidades inerentes aos currículos, buscando uma abordagem mais interessante sobre o tema.

Para que os docentes utilizem o currículo como instrumento para o combate à Desigualdade Social e Pobreza no âmbito escolar é necessário que conheçam o Projeto Político Pedagógico (PPP) de sua escola, no qual deverá estar inserida a realidade de seus alunos e se mantenham atualizados, pois hoje as mudanças ocorrem rapidamente na sociedade.

A descontinuidade das políticas públicas dentre elas a educacional, a falta de clareza dos PPP das escolas e a distância entre as intenções e realizações legislativas são uma constância na sociedade e ocasionam uma falta de compromisso com os reais objetivos da educação.

Este estudo visa possibilitar reflexões sobre a importância do Currículo para a inserção da concepção da pobreza e desigualdade social no âmbito escolar.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Taís Moura (2016) destaca que a pobreza é um problema para todos os níveis de governo em relação ao combate a pobreza e também para todo o cidadão. Ela destaca como entender a pobreza, qual o seu conceito, quais as suas causas, quais os elementos que levam as pessoas a pensarem sobre este tema, e também como a pobreza entra na escola.

De acordo com Miguel Gonzalez Arroyo (2016) nas últimas duas décadas pessoas em estado de pobreza chegaram às escolas e eram os pobres dos pobres, e há a necessidade da ação através de ações pedagógicas e humanitárias para chegada desses alunos que vêm de encontro com a sobrevivência/ escola/ trabalho, pois, através dos movimentos sociais que promoveremos a conscientização o direito que todo o individuo tem de acesso, permanência e conclusão de seus estudos e para que isso ocorra precisamos de mudanças em nossas práticas pedagógicas de modo a promover e buscar políticas públicas que dê condições destas pessoas fragilizadas de serem inseridas numa sociedade, mais justa igualitária e sem discriminação.

Os coletivos de docentes-educadores(as) devem estar atentos a essas experiências que os(as) alunos(as) trazem individualmente e como membros dos coletivos empobrecidos. É preciso que sejam aprofundadas as relações entre experiências sociais e pobreza e conhecimento, e que se pesquise em que áreas dos currículos é possível trabalhá-las. Desse modo, age-se para o reconhecimento de que toda experiência social produz saberes, que as vivência demasiado extremas da pobreza provocam indagações não somente para os(as) próprios(as) educandos(as) que a vivenciam, mas também para os conhecimentos dos currículos. (ARROYO, 2013, p.113-165).

A história de luta pela Educação, Pobreza e Desigualdade Social não se traduziu em estruturas, garantias de financiamentos e formação de professores, na verdade, ela não foi bem direcionada para esta especificidade, ficando, assim, uma lacuna na formação de profissionais plenamente qualificados para atuarem com este tema.

A formação do profissional que irá desenvolver o trabalho junto à mudança de concepção do que é pobreza requer uma formação constante e exigente. Além disso, deve-se ter em mente que a produção do saber se faz presente em todas as etapas do processo educacional, o que deve ser um

verdadeiro marco em sua nova identidade.

Roberta Negrão Araújo destaca que:

[...] Este caminhar leva a acreditar que a escola é sim o espaço possível para se construir uma sociedade diferente, que remete a uma difícil tarefa: priorizar um processo educacional voltado para a democracia social e econômica. A Educação para a cidadania só pode ter como objetivo promover a igualdade, e não estabelecer distinções sociais. Daí a grande relevância social de sua ação. (ARAÚJO, 2008, p.196).

Desde a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº9394/96) tem-se intensificado as discussões sobre a Desigualdade Social, deixando bem claro que todos que trabalham com a Educação em nosso país, devem reconhecer a sua importância, buscando novos modelos para atender a toda diversidade que a cerca, com políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do educando como um todo, que ultrapassem a cada quatro anos as mudanças políticas em nosso país, que seja uma política pública permanente, concreta e não promessas de palanque como tem acontecido constantemente.

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC é uma ferramenta que vai ajudar a orientar a construção do currículo para mais de 190 mil escolas de Educação Básica do país, desde o ingresso na Creche/CMEI até o final do Ensino Médio, o qual está previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) e que todos os estudantes brasileiros têm direito ao acesso do que é proposto pelo documento, facilitando assim o acompanhamento da vida escolar do aluno pelos seus familiares.

Ela dará orientação à elaboração do PPP das escolas, onde todos deverão contribuir com o processo de ensino aprendizagem para o desenvolvimento dos alunos, respeitando as diversidades, promovendo a equidade aos contextos a serem inseridos nas partes diversificadas, dando condições de promover a participação confiante dos estudantes na sociedade, bem como a ampliação dos recursos ao cuidado de si e dos outros, existe um potencial muito grande para se trabalhar quanto às diferenças sociais e às situações de vulnerabilidade social no ambiente escolar, pois possibilita a convivência dos discentes e docentes com a diversidade possibilitando às novas gerações a preservação e a reconstrução da herança científica e cultural da humanidade, esse fato torna-se perceptível para todos que hoje conseguem enxergar os conteúdos curriculares trabalhados de forma a promover realmente o desvelamento da pobreza e a construção coletiva do

espaço escolar para a vivência da pobreza e para a discussão de sua produção histórica.

A Associação Nacional de Pós-graduação em educação (ANPED) parece oportunizar a reflexão sobre as diferenças entre as realidades nacionais, mas não aponta conhecimentos específicos que possam instrumentalizar os discentes e docentes em reconhecerem-se como produtores e atores da pobreza, de compreenderem o seu papel na trajetória histórica e social.

Segundo Adriana Regina de Jesus (2008), o currículo nunca é neutro, podemos, por exemplo, reproduzir as desigualdades, citar a existência de três níveis de Currículo: **o formal**, que é sistemático; **o real**, que é posto em prática, que traduz as possibilidades das intenções pedagógicas e o currículo **oculto**, que vai além do que se é pensado, planejado. Esses níveis demonstram com distinção o quanto o aluno aprendeu ou deixou de aprender.

[...] O Currículo Formal refere-se ao currículo estabelecido pelos sistemas de ensino, é expresso em diretrizes curriculares, objetivos e conteúdos das áreas ou disciplina de estudo. Este é o que traz prescrita institucionalmente os conjuntos de diretrizes como os Parâmetros Curriculares Nacionais. O Currículo Real é o currículo que acontece dentro da sala de aula com professores e alunos a cada dia em decorrência de um projeto pedagógico e dos planos de ensino. O Currículo Oculto é o termo usado para denominar as influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores. O Currículo oculto representa tudo o que os alunos aprendem diariamente em meio às várias práticas, atitudes, comportamentos, gestos, percepções, que vigoram no meio social e escolar. (JESUS, 2008, p.2640)

Desta forma, deve-se pensar que o currículo não é um simples elemento neutro de transmissão do conhecimento social e sim que ele está diretamente relacionado com o poder, com a expressão do equilíbrio de interesses e forças que agem no sistema educativo, tendo em seu conteúdo e formas, a opção historicamente configurada de um determinado meio cultural, social, político e econômico.

A cultura escolar, docente e curricular parece predominar que a idéia de sujeitos situação de pobreza estavam condicionados a ela por não se apropriar dos saberes científicos, supostamente emancipadores.

É preciso uma nova reflexão sobre os novos desafios presentes no contexto educacional na formação de professores, uma nova leitura de mundo e da condição humana, para compreender a dinâmica social, política, cultural e

econômica da sociedade contemporânea. O estudo demonstra que o tratamento metodológico da pesquisa consiste ser de tipologia, qualitativa e exploratória e é possível perceber um contexto histórico do currículo e do pensamento pedagógico brasileiro que estão permeados de ideologias, relação de poder, valores e concepções diferenciadas em relação ao processo educacional como um todo. Visto isso, o discurso e a construção curricular no mundo e no Brasil não se deram sob uma única ideologia, mas com influência e tendências, objetivos e interesses diferentes. Um currículo surge de uma necessidade social e principalmente econômica e cultural que veicula uma noção sujeita a ambiguidade e diversidade de sentidos.

A BNCC vem estabelecer um currículo único para todo o Brasil, é um parâmetro curricular, dando oportunidades ao professor de contextualizar esses conteúdos de acordo com suas especificidades de cada realidade.

A pobreza tem que entrar no currículo como conhecimento ao qual ao próprio estudante tenha direito a esse conhecimento, pois ainda hoje ela se encontra com uma forma negativa nos currículos, excludentes, pois associam os conteúdos não apropriados à pobreza, sendo assim ela esta escancarada em nossa realidade escolar.

De acordo com José Gimeno Sacristán (2000), o currículo tem uma ligação entre a cultura e a sociedade exterior ao ambiente escolar e à educação; entre o conhecimento e a cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria e a prática possível, dadas a determinadas condições.

Segundo Sacristán (2013, p.10):

Se por um lado o currículo é uma ponte entre a cultura e a sociedade exteriores às instituições de educação, por outro lado ele também é uma ponte entre a cultura dos sujeitos, entre a sociedade de hoje e a do amanhã, entre as possibilidades de conhecer, saber se comunicar e se expressar em contraposição ao isolamento da ignorância.

Segundo Lúcia Helena Alvarez Leite (2016), historicamente a escola foi construída como instrumento de homogeneização de culturas, transformando a cultural social de um grupo na cultura de todos, trazendo com isso uma exclusão dos grupos que não se sentiam reconhecidos nesta cultura. As presenças dos movimentos sociais, nos espaços públicos, reivindicam os seus direitos, sujeitos a

terem o direito a uma educação que reconheça e legitimize a sua cultura, trazendo uma série de questionamentos e modificações como, uma escola mais conectada com a cidade, que acolha a diversidade; que reconheça a centralidade da nova cultura escolar/sujeito; uma escola que tenha práticas emancipatórias com as experiências com as escolas indígenas, quilombolas, dos assentados e acampamentos e também experiência com a escola integral.

Antonio Flávio Barbosa Moreira e Tomaz Tadeu (2013), afirmam que a escola é um território de luta e que a pedagogia é uma forma de política cultural, onde devemos defender que o argumento de que as escolas utilizam de suas formas sociais para ampliarem a capacidade humana, a fim de habilitar as pessoas a intervir na formação de suas próprias subjetividades sendo capazes de exercer poder com vistas a transformar as suas condições em práticas levando em conta o seu cotidiano.

O espaço escolar é a construção do currículo que o rege, devendo ser analisados com um posicionamento crítico que permita visualizar saídas para a resolução dos problemas trazidos à escola pelos sujeitos que compõem notadamente os estudantes pobres, que muitas vezes se obrigam a serem explorados no trabalho infantil para garantir sua sobrevivência, reconhecendo-se nem adulto e nem criança, pois ser criança não significa ter infância. Devemos fazer com que a infância pobre reaja a uma sociedade brutal que a condene a viver do trabalho precoce para sobreviver.

Dessa forma, as escolas terão de ser caracterizadas por uma pedagogia que se comprometa seriamente a acolher visões e problemas que sejam de profundo interesse para os alunos em suas vidas cotidianas. Igualmente importante é a necessidade de as escolas cultivarem um espírito de crítica e um respeito pela dignidade humana capazes de associar as questões pessoais e sociais ao projeto pedagógico de ajudar os alunos a se tornarem críticos e atuantes. (MOREIRA e TADEU, 2013, p. 168).

### 3 METODOLOGIA

O estudo constou de pesquisa bibliográfica para embasar a revisão literária e dar subsídios para a discussão dos dados e elaboração das considerações finais e uma pesquisa de campo junto aos educadores de Cornélio Procópio.

O estudo é de natureza transversal, por suas características pode ser denominado de bibliográfico e descritivo e foi realizado no município de Cornélio Procópio no Estado do Paraná, sendo a amostra composta por educadores de que atuam ou atuaram junto às primeiras séries do ensino fundamental,

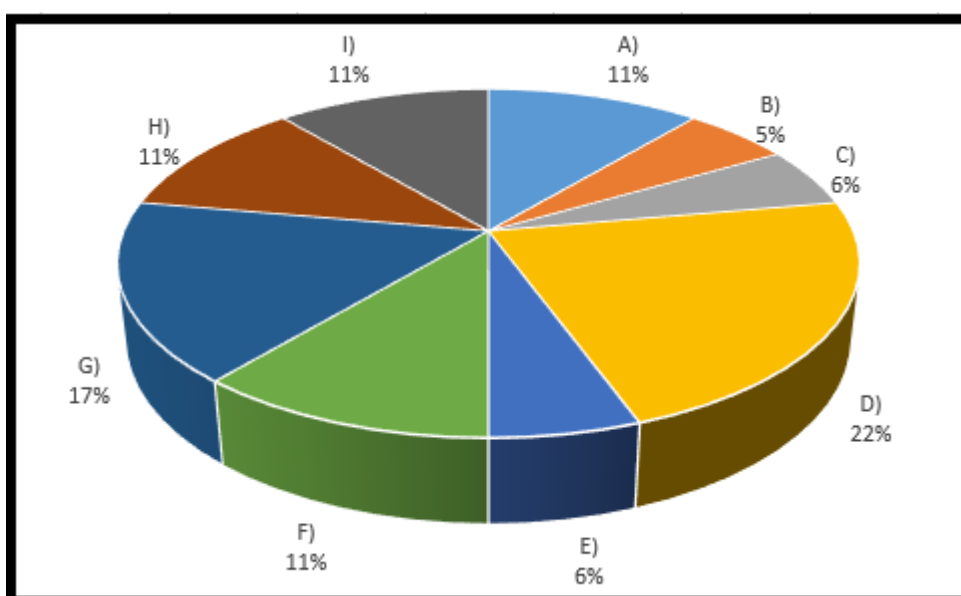
O instrumento utilizado na pesquisa de campo foi o questionário que foi distribuído aos colaboradores junto com os termos de livre consentimento.

A coleta de dados teve como objetivo diagnosticar e analisar como a Pobreza é reconhecida dentro do ambiente escolar e também como o PPP (Projeto Político Pedagógico) permite contemplar situações de vulnerabilidade no Ensino Fundamental – Fase I, séries iniciais. Os dados obtidos foram tabulados para posterior análise e discussão.

#### 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Quando questionados quanto à forma de identificação do estado pobreza dos alunos dentro da escola, 22% das respostas indicaram que era por meio dos aspectos referentes aos distúrbios e carências alimentares, destacando ainda que 11% apresentaram as dificuldades de aprendizagem como fatores indicadores da pobreza.

GRÁFICO 01: Forma de identificação da pobreza no ambiente escolar.



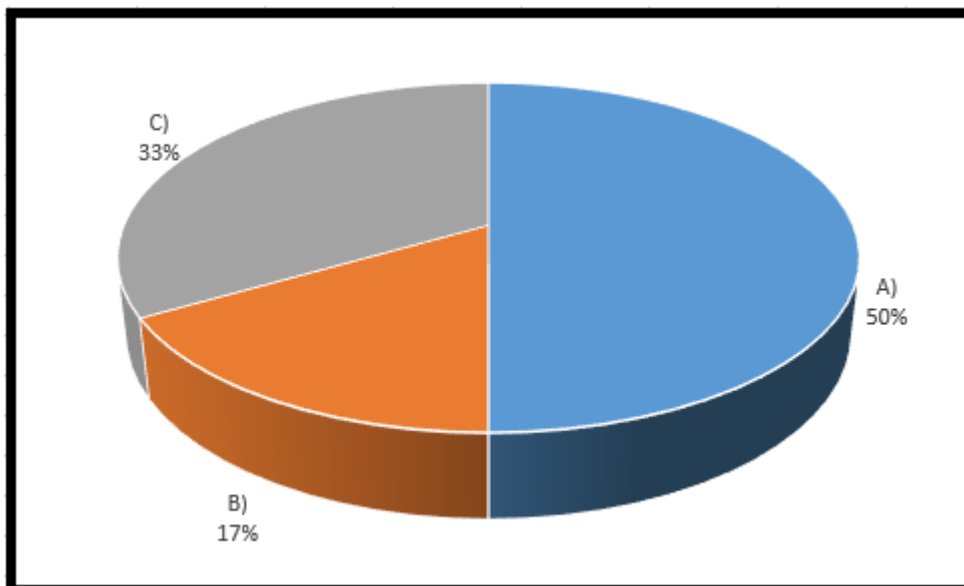
FONTE: o autor (2016).

- A) Observações;
- B) Convívio com pais e alunos;
- C) Nível sócio econômico dos alunos;
- D) Carência e distúrbios alimentares;
- E) Problemas de saúde;
- F) Higiene pessoal precária;
- G) Roupas e calçados;
- H) Falta ou estado do material escolar;
- I) Dificuldade de aprendizagem de conteúdos.

A segunda questão referia-se à relação entre o Projeto Político Pedagógico (PPP), pobreza e desigualdade social, 50% das respostas indicaram

que os PPP continham essa relação.

GRÁFICO 02: Presença da pobreza e desigualdade social nos PPP.

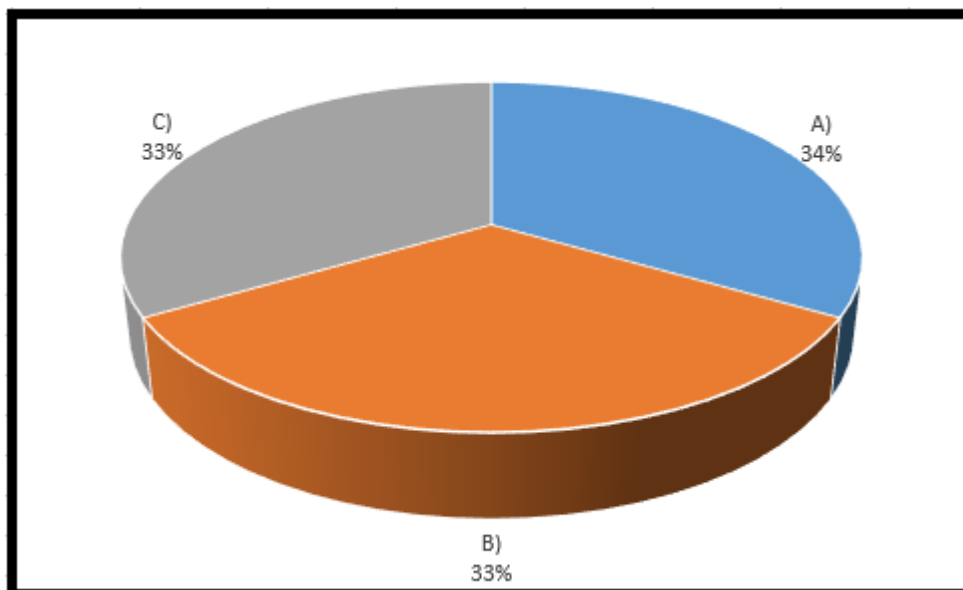


FONTE: o autor (2016).

- A) Sim;
- B) Superficialmente;
- C) Não.

Apesar de metade das respostas serem positivas quanto a presença da pobreza e desigualdade social nos PPP, apenas 33% das respostas referiram-se aos currículos e 34 % aos conteúdos.

GRÁFICO 03: Abordagem do currículo e conteúdos curriculares no PPP.



FONTE: o autor (2016).

- A) Abordaram os conteúdos;
- B) Abordaram o currículo;
- C) Não abordaram nem currículo nem conteúdos

Algumas respostas alegam que o caráter assistencialista das escolas supera os aspectos pedagógicos na questão do enfrentamento da pobreza e desigualdade social.

Como fator positivo algumas instituições realizam uma pesquisa para apurar a real situação social de seus alunos para embasar a elaboração do seu PPP.

As escolas não podem tratar de forma igual os diferentes e devem promover a formação continuada de seus professores para que temas referentes à pobreza e desigualdade social sejam inseridos em suas práticas pedagógicas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza não pode ser associada de forma negativa aos conteúdos não apropriados, a escola não pode reproduzir esse círculo vicioso.

A Educação por meio de um currículo crítico dentro da realidade dos alunos permitirá a aquisição de conhecimentos que possibilitarão aos alunos serem agentes de sua transformação contra a pobreza e desigualdade social.

Percebe-se a necessidade de mudanças na educação, bem como na própria LDB, de modo que essa mudança reflita na melhoria da Educação de nossa população, que seja mais dinâmica, com mais qualidade, mais atenta aos avanços de novas metodologias e práticas educativas, assumindo o compromisso com uma Educação que esteja aberta a todos que dela precisem, e que sejam cada dia mais capazes de lutar e exigir seus direitos e que tenham condições de cumprirem com seus deveres.

Desta forma, a ação pedagógica deve proporcionar uma reflexão maior sobre o histórico de formas e representações do mundo que o homem tem produzido, integrando e interligando as suas vivências de forma mais reflexiva e contextualizada através de Elementos Articuladores indicando múltiplas possibilidades de intervenção pedagógica, pois devem transitar pelos currículos, promovendo sua integração no cotidiano escolar.

A partir desta reflexão chega-se à conclusão de que deve-se construir um currículo que tenha em seu conhecimento a situação da pobreza, da desigualdade social, nossas ações enquanto profissionais da educação nunca atingirão o objetivo de combater a essas situações de vulnerabilidades, pois estes estudantes precisam de uma cultura escolar que proponha que não tenha compaixão do pobre, mas que tenha a compreensão da pobreza.

O currículo necessita ser percebido como um território a ser contestado diariamente, pois é por meio dele que se pode pensar e legitimar o conhecimento, tendo como parâmetro a visão do mundo, de sociedade e de educação.

O conhecimento das ações propostas nos currículos é imprescindível para as ações pedagógicas e esse conhecimento é fundamental para o debate, que deverá ser constante, dentro do âmbito escolar sobre a pobreza e desigualdade social.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ANPED), Disponível em: < <http://www.anped.org.br/news/curriculo-nacional-unico-para-educacao-basica-artigo-da-anped-na-folha-de-sao-paulo-0>>, Acesso em 03 out.2016.

ARAÚJO, Roberta Negrão de. **A construção na integração nos cursos de formação de professores**. In: PARANÁ, Secretaria de Estado de Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação, 2008.

ARROYO. Miguel G. **Educação, Pobreza e Desigualdade Social**, Modulo IV – Pobreza e Currículo: uma complexa articulação. Disponível em: <http://nead.ufpr.br/avea/course/view.php?id=1002>, acesso em 03 out.2016.

ARROYO. Miguel G. **Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos**. In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.

Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: <<http://www.nte.ap.gov.br/basecomum/>> Acesso em: 13 out. 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) / Lei nº9.394**, 20 de dezembro, 1996.

JESUS, Adriana Regina de. Currículo e Educação: conceito e questões no contexto educacional. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), 8, 2008, Curitiba. Anais. Curitiba: PUCPR, 2008. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/642\\_840.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/642_840.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2016.

LEITE. Lúcia Helena Alvarez. **Educação, Pobreza e Desigualdade Social**, Modulo III – Escola: Espaço e tempos de reprodução e resistência da pobreza. Disponível em: <http://nead.ufpr.br/avea/course/view.php?id=1001>, acesso em: 24 out.2016.

MOREIRA, Antônio Flávio; TOMAZ Tadeu (Orgs.). Currículo, cultura e sociedade. 12ª Edição. São Paulo: Cortez, 2013.

MOURA, Tais. Módulo Introdutório: Pobreza, Desigualdades e Educação (2016). Disponível em: <http://nead.ufpr.br/avea/course/view.php?id=2>, acesso em 24 out.2016.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3ª Edição Porto Alegre: Artmed, 2000.

SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas do currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

## **APÊNDICE**

**APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO = TCLE**

**Curso de Especialização  
Educação, Pobreza e  
Desigualdade Social**

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Eu \_\_\_\_\_ declaro ter recebido do (a) pesquisador (a) **Leandra Aparecida de Carvalho De Rosis** as informações necessárias a respeito dos objetivos e procedimentos metodológicos envolvidos na pesquisa “A importância do Currículo para a inserção da concepção da pobreza e desigualdade social no ambiente escolar”

Declaro ainda:

- ter sido informado (a) sobre a possibilidade de negar-me a responder as informações solicitadas nesta entrevista;
- estar ciente de que posso interromper os depoimentos prestados a qualquer momento;
- autorizar que meus depoimentos integrem o resultado final da pesquisa supracitada e que sejam divulgados;
- que minha identidade seja ( ) mantida em sigilo ( ) publicada

Data:

Local:

Assinatura: \_\_\_\_\_

## APENDICE B: QUESTIONÁRIO



Curso de Especialização  
Educação, Pobreza e  
Desigualdade Social

### QUESTIONÁRIO

Este questionário servirá como base para a análise do trabalho científico de Leandra Aparecida de Carvalho De Rosis, desenvolvido no Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social – UFPR, com o tema “A importância do currículo para a inserção da concepção da pobreza e desigualdade social no ambiente escolar” sob a Orientação da Ms. Amanda Garcia dos Santos).

#### 1 - De que forma você reconhece a pobreza dentro da escola?

---

---

---

---

---

---

---

---

#### 2 - O Projeto Político Pedagógico de sua escola contempla a pobreza e a desigualdade social?

---

---

---

---

---

---

---

---